

Estado, desenvolvimento e crise no pensamento de Ignácio Rangel

FERNANDO ANTONIO FARIA*

Resumo: Ignácio Rangel buscou compreender a universalidade e a especificidade do processo histórico brasileiro como constituído por quatro estádios sucessivos de dualidades. Em cada uma destas etapas comportava duas formações econômicas dominantes, uma situada no pólo interno (agricultura) e a outra no pólo externo (comércio, serviços, indústria, governo) da economia. O artigo propõe-se a analisar a visão rangeliana do trinômio estado-desenvolvimento-crise.

Abstract: Ignácio Rangel tried to understand the universality and the specificity of the Brazilian historical process, being constituted by four consecutive dualities. In each of these stages, it comprised two dominant economic formations. One situated at an internal pole (agriculture) and the other at the external one (trade, services, industry and government). This paper aims to analyse Rangel's vision of the three concepts: state-development-crisis.

Palavras-chave: Pensamento econômico. Dualidade básica. Ignácio Rangel.

Key words: Economical thought. Basic dualism. Ignácio Rangel.

Introdução¹

O ciclo desenvolvimentista - desde as suas origens nos anos 1930 - estimulou uma vasta e diversificada produção inte-

* Doutor em História pela USP. Professor adjunto dos Departamentos de História da UFF e da UERJ, onde atua nas áreas de História Econômico-Social e História do Brasil, e participa dos Programas de Pós-Graduação em História (doutorado, mestrado e especialização). Coordenador do Laboratório de História Social da Economia - LAHSOE-UFF.

E.mail: fafaria@domain.com.br

¹ Este artigo foi apresentado na forma de comunicação no Simpósio "Estado, Desenvolvimento e Crise" nas XVII Jornadas de Historia Económica de la Asociación Argentina de Historia Económica, Tucumán, Argentina, setembro de 2000.

lectual no Brasil, que atingiu a sua maturidade ao longo da década de 1950. O projeto econômico que mobilizava os círculos intelectuais e políticos pós-Segunda Guerra, colocava a indústria como carro-chefe do processo de crescimento econômico, que, por sua vez, promoveria o fim do atraso e do subdesenvolvimento.

Mas, para que isto fosse factível, era necessário que o Estado nacional assumisse a função de planejador, pois havia a convicção de que as forças de mercado, por si só, não dariam conta de imprimir um cunho racional e eficiente à sua ação. O planejamento estatal deveria incumbir-se, não somente da definição dos setores econômicos e dos instrumentos de programação a serem contemplados, bem como da execução do esforço expansivo suprindo de recursos financeiros e investimentos os espaços em que a iniciativa privada estivesse fragilizada ou carente.

Ocupando um papel de destaque neste debate está Ignacio Rangel, o pensador econômico mais criativo da segunda metade do século XX brasileiro. Autor da tese da dualidade básica da economia brasileira, inspirada no materialismo histórico, tese que desempenha no conjunto de sua obra a função do Fio de Ariadne que unifica todos os seus textos.

A tese da dualidade básica é a maneira crítica e imaginativa que Rangel desenvolveu para interpretar a lógica da formação econômica brasileira, ou em suas palavras: "*Sem esta não poderemos entender o Brasil: seu direito, sua economia e sua política. O Brasil é uma dualidade, se não o estudarmos assim, há de parecer-nos uma construção caótica, sem nexos internos estabelecidos e, sobretudo, SEM HISTÓRIA*".²

Este artigo propõe-se a analisar o trinômio Estado, Desenvolvimento e Crise na visão de *Ignácio Rangel* através da leitura sistemática de algumas de suas obras.

² RANGEL, Ignácio. *A inflação brasileira*. 3ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1978, p. 12.

Estado e Sociedade

O poder político na sociedade dual brasileira é exercido por uma frente única integrada por duas classes dirigentes, simultaneamente, solidárias e conflitantes. Situação transitória em outros lugares, reflexo de circunstância crítica, que ao ser ultrapassada extingue a coligação. Mas, em nosso país, revestiu-se de um caráter permanente: "(...) onde a exclusão do proscênio político de uma das classes representativas da dualidade não tem lugar senão para suscitar o aparecimento de outra coligação, representativa da nova dualidade".³

A dualidade brasileira é um modo de produção complexo e único, formada por quatro modos de produção elementares, consubstanciados em quatro lados, que se articulam par a par, constituindo os pólos externo e interno. O pacto de poder é uma coligação de duas classes dirigentes, oriundas dos modos de produção elementares.

O lado externo do pólo externo da dualidade situa-se no estrangeiro, portanto não fazendo parte do Estado brasileiro, não obstante a sua ascendência se faça sentir sobre este Estado através de uma ou mesmo das duas classes que ocupam o poder. Sobram, portanto, três lados em condições de pleitear os dois lugares no *status* de classe dirigente. O pólo interno está submetido a uma única classe, que representará os interesses, virtualmente colidentes, dos modos de produção dos lados interno e externo.

"Ora, o pólo interno está subposto a apenas uma classe e não a duas, e seu protótipo foi a classe dos vassalos-senhores de escravos, isto é feudais, em suas relações externas (com a Coroa) e escravistas no campo das relações internas. Simetricamente a fazenda era uma feudo-vila (nos sentidos medieval e romano desses termos, respectivamente). Assim, os interesses correspondentes aos dois modos elementares de produção, dialeticamente unidos no pólo interno, manifestam-se como ordens diferentes e contraditórios de interesses (potencialmente inconciliáveis) do mesmo grupo de pessoas, isto é, voltando ao nosso

³ RANGEL, Ignácio. "A dinâmica da dualidade brasileira". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Belo Horizonte, 2(2), jul. de 1962, p. 217.

protótipo de classe (híbrida) dos vassallos-senhores de escravos, a mesma classe vê-se sacudida entre os interesses da fazenda, enquanto vila e da fazenda, enquanto feudo”.⁴

Em relação à classe representante do pólo externo, pode-se aplicar raciocínio análogo. Ela terá que conciliar ordens diferentes e contraditórias de interesses dos modos de produção elementares que se integram dialeticamente no pólo em questão. Quando esta conciliação não é mais possível, visto os interesses em jogo serem antagônicos, aquela terá que escolher uma entre as ordens de interesse concorrentes, em uma conjuntura marcada pela crise e tensão social.

Decisão tomada pela classe dirigente, ou por uma sua dissidência, acarreta mudanças da identidade da classe, do pólo, da dualidade, ou seja, ocorre a mudança do regime.

“Considerando que o motor primário de todos esses movimentos é o mesmo que é responsável pelo desenvolvimento de todas as formações sociais, isto é, o crescimento das forças produtivas contidas no sistema, essas opções não se fazem ao acaso, mas num sentido único e previsível, isto é, pela troca de um modo de produção por outro mais avançado (invariavelmente o presente no lado externo do pólo, conforme a 3ª lei da dualidade)”.⁵

A mudança no pacto político é um processo complexo, delicado e lento, dele participando a classe dual, rachada em duas facções, uma progressista e outra retrógrada ou conservadora, e o restante da sociedade. O grupo dissidente, progressista, dado suas origens comuns, possivelmente não deverá enfrentar uma resistência radical do grupo conservador, mesmo porque o outro sócio do condomínio do poder, classe representante do outro pólo, não se encontrará em crise.

A classe do pólo não renovado tem condições de arbitrar as disputas internas da classe em crise, e com a dissidência pro-

⁴ RANGEL, Ignácio. “História da dualidade brasileira”. *Revista de Economia Política*, São Paulo, 1(4), out./dez. de 1981, p. 15.

⁵ *Ibid.*, p. 16.

gressista negociar um novo pacto político. Então, deste grupo progressista surge nova classe, novo pólo, nova dualidade, ou seja, novo regime. Na nova dualidade, o poder será compartilhado entre a classe representante do pólo não renovado, que transitará de uma dualidade para outra; e a classe representante do pólo renovado, que de dissidente passa a ser uma formação social nascente, ou seja, outra classe.

*“Assim, a primeira é uma classe [pólo não renovado] em plena maturidade, consciente de seus interesses (uma classe em si e para si), traz consigo preciosa experiência de uso do poder, ao passo que a segunda [pólo renovado] é politicamente inexperiente (uma classe em si, apenas), não obstante ser portadora de grande dinamismo. Não deve espantar, pois, que em cada dualidade historicamente formada o poder seja exercido hegemonicamente pela primeira, a mais velha, desfrutando a outra de plena liberdade para fazer prova do seu dinamismo, em tudo o que não conflite com os interesses da classe hegemônica”.*⁶

A estrutura política da sociedade dual, por ser parte integrante de uma formação periférica, muda sob o impacto do advento de choques adversos do comércio internacional - queda das exportações, deterioração dos termos de intercâmbio, retração da capacidade de importar.

Estes choques têm a sua origem na contradição que se estabelece entre a expansão das forças produtivas com as relações de produção vigentes no centro dinâmico, momento característico do início da “fase b” ou fase descendente do ciclo de Kondratieff. Este fato exógeno aprofunda as contradições que se encontravam em curso na economia dual, atingindo o lado interno do pólo em crise, certamente seu elo mais frágil.

Desenvolvimento Econômico

A sociedade no mais das vezes produz aquém de suas possibilidades. Os limites à produção são o estado da técnica e do instrumental de trabalho, pelo lado externo, e pela procura

⁶ *Ibid.*, p. 17.

de bens e serviços, pelo lado interno. Decorre daí, que, se não há estímulos sendo gerados no interior da economia para o ato de produzir, entendido como a utilização das forças produtivas disponíveis, estas não se desenvolvem, e a razão disto reside no fato de que os homens não se sentem estimulados, de forma organizada e proveitosa, por em prática a técnica conhecida.

Alimentação, habitação, vestuário, etc., necessidades básicas do ser humano, fazem parte de sua condição de ser vivo, integrado, portanto, à natureza. Estas necessidades existem independentemente do lugar e da sociedade nos quais o homem viva. O desenvolvimento econômico não altera o atributo dos bens, não obstante a forma pela qual se materializem, de satisfazer necessidades, a ação daquele processo modifica, de forma substantiva, o modo de produzir aqueles bens.

O avanço da divisão social do trabalho incorpora um número crescente de indivíduos que aplicam os seus esforços individuais de forma integrada. O resultado desta ação coletiva é um produto social: pão, casa, casaco, etc. A divisão do trabalho leva ao aumento da produtividade, isto é, à expansão do controle da sociedade sobre a natureza.

*“Sem divisão do trabalho, a sociedade fica adstrita à exploração de certa gama restrita de recursos naturais: não disporá de outra fonte de energia além da contida no sistema muscular dos homens e dos animais domésticos, isto é, não poderá pôr ao seu serviço a energia química do carvão, do petróleo, da lenha (que aproveitaria muito mal), nem a energia mecânica das quedas de água, nem, menos ainda, a energia atômica. Suas matérias-primas serão apenas as obteníveis no próprio local de trabalho, o que quer dizer que sua casa será de barro, se viver em zona de terreno argiloso, de palha e madeira, se viver em zona de floresta, de couro e de gelo se, como no caso dos esquimós, não dispuser de outros recursos naturais”.*⁷

⁷ RANGEL, Ignácio. *Introdução ao estudo do desenvolvimento econômico brasileiro*. Salvador: Aguiar & Souza Ltda./Livraria Progresso Editora/Universidade da Bahia, 1957, p. 24-25.

Além do mais, a divisão do trabalho permite superar o artífice de mil ofícios, que não é capaz de exercer nenhum deles bem, pela introdução da máquina que permite a simplificação do trabalho através da decomposição de atividades complexas em uma sucessão de atos simples e reiterados ao longo da jornada diária.

A divisão social do trabalho⁸, para Rangel, é condição para o desenvolvimento econômico, pois é ela que permite a sociedade ampliar o seu domínio sobre a natureza, e dela retirar os meios de satisfação das necessidades humanas. A forma pela qual se organiza o mundo do trabalho revela se estamos diante de uma sociedade desenvolvida ou subdesenvolvida.

*“O aumento da produtividade é, ao mesmo tempo, causa e efeito primários do desenvolvimento econômico, que resulta da divisão social do trabalho, mas, para que esta divisão tenha início e seguimento, fazem falta certas condições, que não são sempre as mesmas, nem estão sempre presentes. A razão está em que o impulso para o desenvolvimento tem origem, não no processo de produção - que (...) é algo que põe em presença como termos antagônicos, a sociedade e a natureza -, mas no processo de distribuição que é fato estritamente social, porque diz exclusivamente respeito às relações entre os homens”.*⁹

A existência de condições objetivas no campo da produção para elevação da produtividade via expansão da divisão do trabalho necessita que seja acompanhada de condições favoráveis no campo da distribuição para viabilizar a indução e aceleração do processo, o que nem sempre acontece.

No campo da distribuição, sucintamente, para que se opere a divisão do trabalho, é necessário que haja acumulação de capital, isto é, meios de transporte, fábricas, etc., que é produto que a sociedade impõe a natureza a prover-lhe. Ocorre que a este produto pode ser dada uma destinação que não seja a criação de capital, no caso em que é consumido improduti-

⁸ A ênfase atribuída a esta questão permite-nos aferir a influência de Adam Smith no pensamento rangeliano.

⁹ *Ibid.*, p. 27.

mente ou quando deixado em ociosidade sem ser incorporado ao capital social.

Daí, para que o mecanismo de formação de capital possa dar continuidade à divisão social do trabalho, duas condições terão que ser observadas: a) que parte do que é produzido socialmente não se dirija a atender as necessidades correntes e; b) que a parte poupada (não consumida) seja utilizada na formação de novo capital, isto é, na incorporação de nova técnica.

Quando a economia não é capaz de gerar uma procura compatível com a sua capacidade de produção, ou quando as aplicações produtivas não são realizadas, ou ainda, quando as fábricas e os trabalhadores estão ociosos, ou quando estes últimos estão empregados em construção de pirâmides, nestes casos as condições apontadas anteriormente não são contempladas.

*“Nas circunstâncias do regime capitalista, que são as que mais de perto nos interessam, porque nosso desenvolvimento tem e, provavelmente, terá por muito tempo esse caráter, essas condições somente podem ser satisfeitas se os capitalistas - detentores que são das única parcela apreciável da renda nacional que ultrapassa sensivelmente as necessidades de consumo pessoal dos seus possuidores - por um lado são estimulados a manter suas despesas em alto nível e, por outro, aplicam seus recursos na obtenção de produção intermédia”.*¹⁰

Na classificação utilizada por Rangel, a produção divide-se em produtos finais ou de consumo, quando satisfazem diretamente as necessidades do homem, e produtos intermediários, que vão ser utilizados na produção dos primeiros. Para Rangel, o processo econômico em sua totalidade reduz-se a um movimento circular:

“(...) produção de mão-de-obra, que não é outra coisa senão o consumo, porque é consumindo que os homens se produzem e reproduzem, isto é, que criam um fluxo constante de mão-de-obra, para subsequente utilização na produção de novos bens;

¹⁰ *Ibid.*, p. 31.

consumo de mão de obra, que não é outra coisa se não a produção de bens para subsequente consumo humano e, portanto, para nova produção de mão de obra".¹¹

Porém, somente parte dos bens destina-se ao consumo, isto é, nas palavras de Rangel, à produção de mão-de-obra, porque, a rigor, uma parcela é constituída por matérias-primas, combustíveis e equipamentos que são empregados no processo de produção. Da mesma forma, podemos dizer que somente parte da mão-de-obra é alocada na produção de bens, haja vista que parcela significativa da mesma é utilizada na produção da própria mão-de-obra, o trabalho de professores e médicos pode ser dado como exemplo. O consumo e a produção intermédios tanto quanto os recursos que lhes são destinados são condições para a promoção da produtividade social.

"(...) para que o desenvolvimento possa prosseguir, é indispensável que os capitalistas - os detentores da parte decisiva da poupança social, que se pode exprimir como um excesso de renda em comparação com as necessidades pessoais do seu possuidor - não apenas gastem essa poupança, porque o contrário implicaria em subutilização da capacidade produtiva da economia, como que a gastem em produção intermédia - entendida aqui como produção e consumo intermédios, porque só assim aumentará a produtividade social. Se a parte da poupança não é gasta, diminui a renda nacional, isto é, a utilização da capacidade produtiva da economia. Se é gasta, mas não em produção e consumo intermédios, orientados para atender às necessidades da economia em bens de produção e mão-de-obra, a capacidade produtiva é utilizada, mas não cresce. Não cresce a produtividade social, se um capitalista constrói para si um túmulo de faraós, mas somente quando pessoalmente constrói uma fábrica, que incorpora nova técnica, ou quando, diretamente ou pelos impostos que paga, custeia uma escola de engenharia".¹²

O capitalista que investe os seus recursos em obras que aumentam a capacidade instalada e a produtividade social é

¹¹ *Ibid.*, p. 32.

¹² *Ibid.*, p. 33-34.

movido por razões próprias ou induzido pelo Estado. As condições dominantes que inspiram o capitalista privado a aumentar as suas inversões são fortemente influenciadas pelo contexto internacional.

No caso brasileiro, cuja economia é complementar de outras, há uma alternância entre períodos de aumento de exportações, o que caracteriza um certo tipo de desenvolvimento, com períodos de queda das mesmas. Em conformidade à conjuntura externa, o ajustamento da economia brasileira, segundo Rangel, será feito através da orientação do esforço produtivo, ora para o aumento das exportações, ora para a substituição de importações.

A economia brasileira é formada, dada a sua heterogeneidade, por três *strata* institucionais que correspondem a três estruturas superpostas, isto é, a três formações heteronômicas, cada uma delas reguladas por leis específicas. Idade Moderna e Idade Média convivem e são condicionadas entre si na visão rangeliana do Brasil. A dinâmica das três formações que se superpõem combina-as duas a duas.

“1° - Uma economia natural, caracterizada pela produção para o consumo do próprio produtor (...);

2° - Uma economia de mercado, no seio da qual domina um capitalismo que, apesar de todas as distorções, responde no fundamental às características do capitalismo europeu do século XIX;

*3° - Uma economia capitalista de monopólio, nisso semelhante à do moderno capitalismo dos países mais avançados, mas que no Brasil tende a orientar-se para o capitalismo de Estado, sob a forma jurídica do serviço de utilidade pública, que domina no campo do comércio exterior, isto é, onde nossa economia entra em contato com a economia mundial, e nos ramos da produção interna mais diretamente dependentes desse comércio”.*¹³

O desenvolvimento econômico é conseqüência da interação dos três *strata*, ou seja, da ação exercida pela economia de mercado sobre a economia natural, a ação da primeira sobre a

¹³ *Ibid.*, p. 37.

segunda ocorre de forma reativa ao impulso gerado pela economia capitalista de monopólio. Na experiência histórica brasileira esta é a via trilhada pelo desenvolvimento, o que não significa que alhures possa ter ocorrido de maneira distinta.

*“O nosso desenvolvimento tem resultado, e provavelmente resultará cada vez mais no futuro previsível, da transição dessa população [da economia natural] para o nível da segunda formação (...) onde domina o capitalismo privado nacional, que se realiza o aumento da produtividade, mas essencialmente devido a estímulo gerado no nível exterior - onde se firma o capitalismo de Estado -, nosso desenvolvimento pode ser planejado em seus traços mais decisivos, porque o Estado está estrategicamente colocado, porque domina, por força dos próprios fatos, as avanças decisivas do comando da economia”.*¹⁴

Pobreza e produção natural caminham de mãos dadas. A satisfação das múltiplas necessidades humanas quando realizada diretamente pela aplicação do trabalho próprio resulta em baixa produtividade, isto porque o produtor direto é forçado a desempenhar “mil ofícios”, não operando nenhum de forma rápida e bem feita.

Acrescente-se que ao aplicar-se a gama tão extensa de atividades, o trabalhador não tem a oportunidade de esmerar seu processo de trabalho. Por outro lado, a utilização de máquinas só é compatível com a especialização do trabalho que, por sua vez, pressupõe a superação da produção individual pela produção social.

O conceito de complexo rural¹⁵ elaborado por Rangel é uma contribuição inovadora à compreensão do “complexo de mil

¹⁴ *Ibid.*, p. 37-38.

¹⁵ “Nos países em que a economia de mercado é pouco desenvolvida, a população é quase inteiramente agrícola, o que, aliás, não quer dizer que ela se ocupe apenas da agricultura; significa somente que essa população transforma ela mesma os produtos agrícolas, que a troca e a divisão do trabalho são quase inexistentes”. LÊNIN, Vladimir Ilitch. O desenvolvimento capitalista na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indús-

atividades" exercidas pelo camponês de país subdesenvolvido. No mais das vezes, tal complexo aparece nos tratados de economia sob a rubrica de agricultura.

A importância do complexo rural, tanto no campo, quanto na forma residual de serviços domésticos na cidade, está no fato de que o mesmo absorve parcela majoritária da força de trabalho de uma economia subdesenvolvida. Parte significativa das atividades aí realizadas destinam-se à produção extramercantil voltada ao atendimento das necessidades do consumo direto.

"(...) quase todo o labor não agrícola da população agrícola é trabalho de elaboração de produtos primários, para adaptá-los ao consumo; ora, essa elaboração é também a função das indústrias urbanas, de modo que podemos afirmar que o desenvolvimento econômico resulta essencialmente do desligamento do complexo rural de uma atividade após outra: ao invés de a camponesa elaborando o algodão para convertê-lo em pano, com a ajuda dos primitivos instrumentos manuais de madeira, teremos a operária fazendo exatamente a mesma coisa, só que muito melhor e com imensa economia de tempo, em fábricas modernas, comandando o equipamento semi-automático, tendendo para a total automatização. Este é o sentido último do desenvolvimento".¹⁶

Toda vez que uma atividade é subtraída do complexo rural, o modo de produção desta atividade transforma-se, o complexo rural torna-se mais simples, e o camponês terá a seu cargo a partir deste momento, não mil, mas 999 ofícios a aplicar-se. Dos ofícios remanescentes, certamente o mais importante é o cultivo da terra, isto é, a agricultura no sentido técnico da palavra.

De sucessivas subtrações ou irradiações chega-se a um momento em que a agricultura constitui-se em atividade dominante, com nível de especialização análogo ao da indústria. Pa-

tria (1899). Esta obra exerceu uma influência decisiva na formulação do conceito de complexo rural.

¹⁶ Ibid., p. 56-57.

ra Rangel, o aumento da produtividade da mão de obra, tanto a que permanece quanto aquela que é expelida do complexo rural, depende da dissolução deste último.

Crise e Ciclo na Economia Dual

A combinação em duplas dos elementos (lado interno; lado externo) integrantes dos pólos (interno; externo) formam a dualidade brasileira. Estes elementos são os modos fundamentais de produção do materialismo histórico - comunidade primitiva; escravismo; feudalismo; capitalismo e socialismo.

Neste painel está contida por inteiro a história da humanidade, até mesmo o porvir, e pela interpretação rangeliana os caminhos a serem percorridos pelo homem entre o ponto de partida (comunidade primitiva) e o ponto de chegada (socialismo) eram múltiplos, e efetivamente assim se apresentaram.

O estudo dos cinco modos de produção, para Rangel, não seria suficiente para dar conta da história da dualidade brasileira, sendo necessário considerar os estágios de desenvolvimento de cada modo de produção bem como as formas de transição de que se revestiu a passagem de um modo de produção a outro.

*“Assim é que a transição da comunidade primitiva para o escravismo tanto pode fazer-se diretamente, como quando o selvagem é caçado como um animal e domesticado pela mais aberta violência, como por outros modos. A sociedade tribal pode evoluir até as formas baseadas no clã, a exemplo dos bárbaros germânicos entrados em conflito com o Império Romano, em princípios de nossa era, ou passar por formas incipientes de escravidão, como o patriarcado e a teocracia, multiplicando as probabilidades de contorno das formas escravistas desenvolvidas, do estilo greco-romano, ou brasileiro, da fase final do regime colonial”.*¹⁷

¹⁷ Rangel, Ignácio. “História da dualidade brasileira”. *Revista de Economia Política*, São Paulo, 1(4), out./dez. de 1981, p. 11.

Tendo o Brasil surgido sob a tutela do capitalismo comercial (primeiro estágio do capitalismo), o mesmo permaneceu, segundo a visão rangeliana, externo a nossa formação social, que mais à frente romperia com o capitalismo mercantil europeu, em resposta a estímulos oriundos do próprio centro dinâmico, direcionando-se para o capitalismo industrial inglês. Esta atração em gravitar em torno do centro mais avançado e dinâmico do mundo parece ser uma situação recorrente em nossa formação econômico-social. Em outras palavras; desde cedo a sociedade brasileira exerceu a sua autonomia de opção por qual economia estrangeira se integraria como periferia.

A formação dual brasileira ao defrontar-se com a expansão de suas forças produtivas reage, como as demais formações sociais, mudando o seu modo de produção para outro que lhe seja superior. Porém, no caso brasileiro esta passagem se faz de forma própria, pois é regulada por leis específicas¹⁸, quais sejam:

1ª lei - Quando as forças produtivas em expansão conflitam com as relações de produção vigentes, que estão presentes na dualidade básica, a mesma se transforma. Esta transformação ficará restrita a um de seus pólos, permanecendo o outro preservado e, tanto o pólo transformado quanto o pólo preservado formarão a nova dualidade, adequada ao estágio de desenvolvimento superior.

2ª lei - O pólo interno e o pólo externo revezam-se na mudança.

3ª lei - A mudança do pólo ocorre, quando o modo de produção do seu lado externo passa a ser o modo de produção do lado interno.

4ª lei - Ocorre, como resultado, da mesma forma, a mudança do lado externo do pólo, o qual incorporará as instituições típicas de um modo de produção superior. Um e outro lados do pólo em mudança formarão nova unidade contraditória, pois dialética.

5ª lei - As mudanças da dualidade brasileira, por esta ser uma formação econômico-social periférica, têm no centro di-

¹⁸ *Ibid.*, p. 12.

nâmico da qual é satélite, o seu núcleo irradiador. Assim as mudanças nos padrões comportamentais da economia central provocam alterações significativas na economia brasileira, e em especial nos termos de intercâmbio e *quantum* do nosso comércio.

O mundo capitalista produziu uma extensa periferia em torno do seu centro dinâmico. É deste último que partem os fluxos e refluxos que norteiam o comércio internacional. Este movimento, denominado por ciclo de Kondratieff, em homenagem ao economista russo que se dedicou à sua análise, alterna com regularidade estímulos a restrições, que se apresentam na forma de "ciclo longo" ou "onda longa". A duração média de cada ciclo é de 50 anos, subdivididos em dois quartéis correspondentes a "fase a", ou ascendente, e a "fase b", ou descendente.

Estas ondas longas são provocadas pela introdução de inovações tecnológicas, ainda em definição, no lugar de técnicas assimiladas anteriormente pela experiência e produto de um nível de conhecimento científico superado. A tensão estabelecida entre a tecnologia corrente e a novíssima tecnologia cria um conflito, que será potencial enquanto as novas instalações, ou aquelas em via de implantação, limitarem-se à demanda insatisfeita do mercado ou ao deslocamento da produção da concorrência, caso a última utilize tecnologia arcaica.

Mas, quando atingido o limite da demanda efetiva, o conflito de potencial passa a ser real, pois são freqüentes as situações em que a novíssima tecnologia apresenta custos proibitivos, para isto contribuindo o valor das instalações que utilizam a tecnologia nova, ou em vias de superação pela novíssima, ainda não ter sido amortizado. É a condenação ao sucateamento de instalações que fisicamente encontram-se aptas para produzir e que ainda não foram totalmente depreciadas.

Com a superação deste equilíbrio conflituoso, entre a novíssima e a nova/corrente tecnologia, deflagra-se uma corrida de investimentos voltados para a novíssima tecnologia que resultará na nova "fase a" do ciclo de Kondratieff. Nos países periféricos, esta crise de formação de capital nas economias de capitalismo avançado se faz sentir na queda da demanda de

suas exportações e, por via de consequência, na queda da capacidade de importar.

A demanda insatisfeita, resultante das restrições apontadas, cria condições propícias ao investimento na periferia capitalista, livre das injunções que amarram temporariamente o centro dinâmico. Este momento corresponde a "fase b", ou fase descendente, dos ciclos longos, que nos países subdesenvolvidos, por um lado, possibilita e estimula a substituição de importações, por outro, coloca em cheque as instituições nacionais constituídas no período de expansão do comércio exterior, levando forçosamente a um processo de mudança institucional.

"O Brasil costuma reagir às flutuações econômicas de longo prazo - as "fases" do ciclo de Kondratieff - de forma muito ativa ou dinâmica, quer quando se aplica a produzir excedentes exportáveis, nas "fases a", quer quando se aplica a substituir importações, nas "fases b" dos ciclos. E pode muito bem acontecer que a absorção da técnica de vanguarda - e, em geral, da cultura de vanguarda ou civilização - seja mais intensa nas fases recessivas do ciclo do que nas expansivas, tudo dependendo do 'modo' como levamos a cabo o esforço de substituição de importações".¹⁹

Os demais ciclos, o de Juglar e de Kitchin, não desempenham papel tão relevante quanto o de Kondratieff para a teoria da dualidade básica de Rangel, por duas razões. A primeira diz respeito ao fato de que os dois primeiros ciclos, com frequência, não atingem a totalidade do mundo desenvolvido, ou seja, aquele constituído pelas sociedades habilitadas a sintetizar nova tecnologia. A segunda refere-se à própria duração dos mesmos: o de Juglar, dos dois o mais longo, dura de 8 a 11 anos, período insuficiente para ajustar a economia nacional à conjuntura, através da realização de mudanças institucionais e de outras ordens.

¹⁹ *Ibid.*, p. 13.

Considerações Finais

A originalidade e independência do pensamento range-
liano permitiram que seu autor assumisse posições corajosas e
inovadoras no debate sobre o projeto nacional para o Brasil nas
décadas de 1950 e 60 e contribuíram de forma significativa para
a fundação do campo teórico da economia política brasileira.

A idéia de crise ocupa um papel relevante no esquema
analítico de Rangel e pode ser caracterizada em dois tipos que
interagem. Um tipo de crise diz respeito à fase recessiva de um
ciclo econômico, ou seja, a noção de crise está ligada à noção de
flutuação econômica, que ocorre com dada regularidade, o que
permite a sua previsibilidade.

Rangel analisa as crises brasileiras através de duas flu-
tuações que considera fundamentais: o ciclo longo (Kondrati-
eff), com uma regularidade aproximada de 50 a 53 anos, e que
origina-se no centro dinâmico da economia mundial, cuja chave
são as revoluções técnico-científicas. O outro movimento é o
ciclo médio ou endógeno (Juglar), com regularidade em torno
de 10 a 11 anos na experiência brasileira, típico de uma econo-
mia capitalista industrial, presente em nossa economia de 1920
em diante, alternando recessão no 1º e expansão no 2º quinquê-
nio de cada década. Cada ciclo longo Rangel associa a uma dua-
lidade básica.

O outro tipo de crise é caracterizado pela denúncia do
pacto fundamental de poder.

A sociedade brasileira apresenta a peculiaridade de ter o
seu desenvolvimento assentado, segundo Rangel, em contradi-
ções não antagônicas, que são superadas através da transforma-
ção das classes em embate. Portanto, tanto as classes dominan-
tes quanto as dominadas ou oprimidas transformam-se na crise
do poder dual. A transformação e não o esmagamento de uma
classe por outra é o aspecto mais relevante do processo político
brasileiro.

A Teoria da Dualidade Básica da economia brasileira -
viga mestra do sistema de pensamento de Ignácio Rangel -,
desde a sua concepção original na década de 1930, passou por
sucessivas retomadas que permitiram a sua apuração e refina-

mento simultaneamente à incorporação das questões cruciais que emergiram nas discussões correntes travadas sobre os rumos do desenvolvimento brasileiro

O processo econômico é articulado à dinâmica das classes, compondo um modelo histórico que, partindo das determinações econômicas mais gerais, integra os aspectos políticos e jurídicos à análise. A cada momento busca apreender o conteúdo econômico das instituições, bem como o papel desempenhado pelo aparato institucional nas questões econômicas. A idéia de dualidade é o caminho original e independente trilhado por Rangel para explicar a evolução econômica, social e política do Brasil, e serve de Fio de Ariadne dos textos que escreveu ao longo de meio século.

Referências Bibliográficas

Obras de Ignácio Rangel

- *Dualidade básica da economia brasileira*. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1957, 113 p. (Textos brasileiros de economia, v. 2).
- *Introdução ao estudo do desenvolvimento econômico brasileiro*. Salvador: Aguiar & Souza Ltda./Livraria Progresso Editora/Universidade da Bahia, 1957, 128 p. (Coleção saber).
- *A inflação brasileira*. 3ª ed. Prefácio de Luiz Carlos Bresser Pereira. São Paulo: Editora Brasiliense, 1978, 151 p.
- "Dualidade e escravismo colonial". *Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, 1(3):79-92, set. de 1978.
- *Recursos ociosos e política econômica*. São Paulo: Editora Hucitec, 1980. 140 p. [A Introdução é reedição de *Recursos ociosos na economia nacional* (1960), os capítulos I a V são reedições de *Apontamentos para o 2º programa de metas* (1961), o capítulo VI é inédito].
- "História da dualidade brasileira". *Revista de Economia Política*, São Paulo, 1(4):5-34, out./dez. de 1981.
- *Ciclo, tecnologia e crescimento*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira (Coleção retratos do Brasil, v. 158). 172 p. (Prefácio do autor datado de julho de 1980).

Obras sobre Ignácio Rangel

- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Prefácio de *A inflação brasileira*. 3ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1978, 151 p. 7-10.
- MANTEGA, Guido. "Ignácio Rangel e a inflação brasileira". In: *A economia política brasileira*. São Paulo/Petrópolis: Polis/Vozes, 1984, p. 102-123.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. "O pensamento independente de Ignácio Rangel". In: *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1988, p. 247-282.
- MAMIGONIAN, A. & REGO, J. M. (orgs.). *O pensamento de Ignácio Rangel*. São Paulo: Editora 34, 1998, 174 p.
- *Archétypon*. Rio de Janeiro: SBI, FCPERJ, 3(9), 1995, 72 p. Edição dedicada a Ignácio Rangel.